Parte do IOF cai; IR de aplicação muda

Governo publicou MP e decreto com mudanças na tributação da renda fixa e crédito; bets pagarão mais imposto

DA REDAÇÃO

O Governo Lula publicou ontem à noite medida provisória e decreto para substituir o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) decretado em maio, iniciativa que gerou muita reação do setor empresarial.

A MP e o decreto reduzem o IOF sobre empresas, risco sacado (linha de recebíveis muita usada pelo comércio e empresas) e previdência privada do tipo VGBL, investimento que atraiu a alta renda desde o ano passado.

As mudanças também atingem apostas on-line, criptomoedas e investimentos hoje isentos – as letras de crédito Imobiliário (LCI) e Agropecuário (LCA).

Enquanto a alíquota de 5% de LCI e LCA passará a valer a partir de janeiro, a das apostas on-line, hoje de 12%, avançará para 18% já em outubro. O pacote também cria alíquota única de 17,5% do Imposto de Renda sobre a renda fixa, como títulos públicos e CDBs. A medida acaba com o Imposto de Renda regressivo, hoje com alíquota que recua de 22,5% para 20%, 17,5% e 15% conforme o tempo de aplicação aumenta.

A Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) manterá as alíquotas de 15% e 20%, mas a de 9% deixará existir. As empresas que hoje pagam 9% subirão para 15%. Essa medida, na prática, afeta apenas as fintechs, que competem com as empresas tradicionais do setor financeiro, como bancos e corretoras.

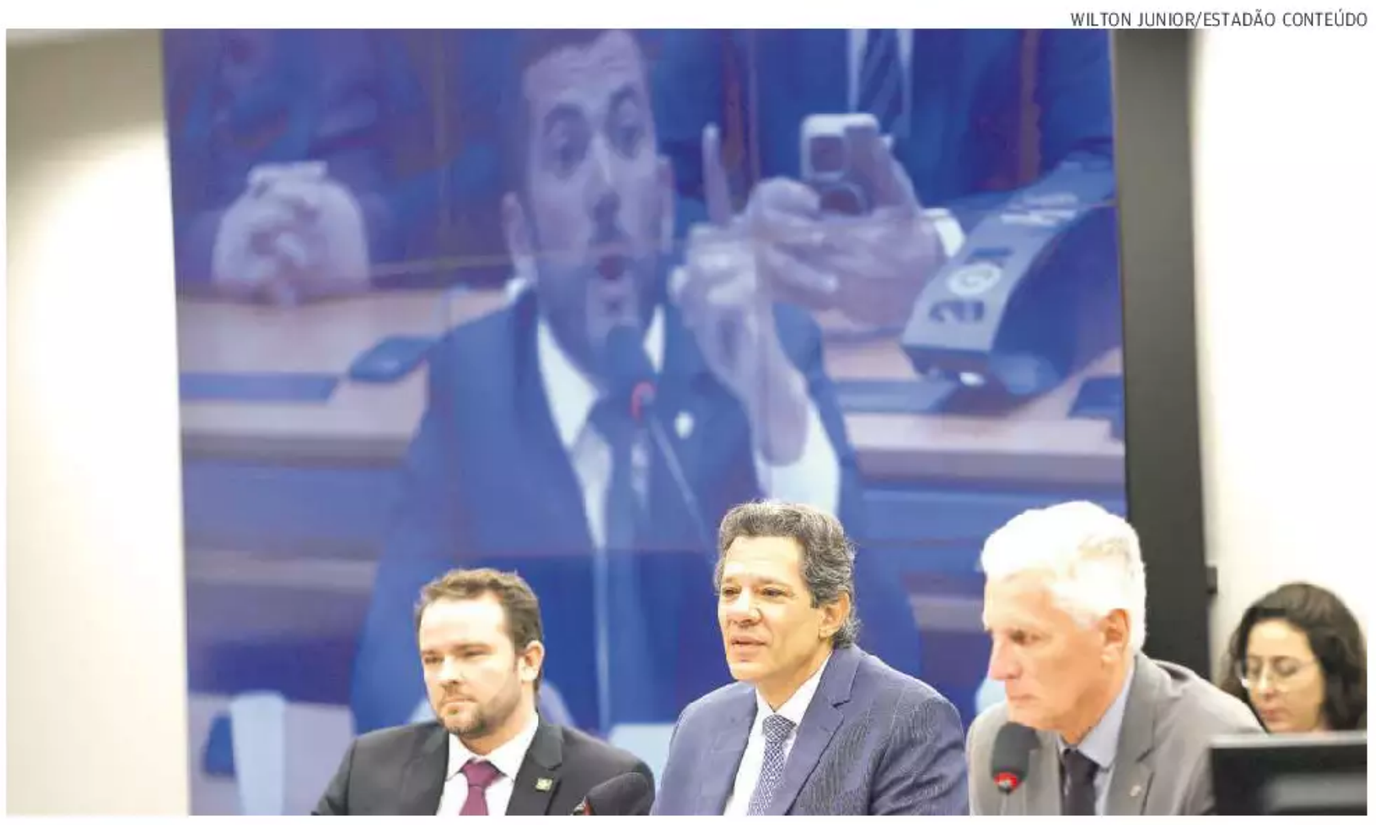
O texto também confirmou o aumento do IR de 15% para 20% sobre os juros sobre capital próprio (JCP), tipo de provento para distribuir lucros aos acionistas, inclusive investidores de ações.

A medida também prevê que ganhos e rendimentos com criptoativos serão tributados no Brasil com alíquota do IR de 17,5%.

Segundo o Diário Oficial, pessoas físicas e pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional pagarão 17,5% de IR com possibilidade de deduzir custos e compensar perdas dentro de certos limites.

'MOLEQUE'

WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO



Uma discussão entre deputados da oposição, principalmente Carlos Jordy (PL-RJ) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, levou ao encerramento de audiência pública na Câmara. Haddad reclamou de Jordy e Nikolas Ferreira (PL-MG), classificando como "molecagem" o fato de terem feito críticas e deixado a sala antes de ouvir as respostas. Jordy voltou à audiência e chamou Haddad de moleque e que o ministro havia sido "extremamente desrespeitoso. Após a fala de Jordy, houve um bate-boca generalizado e o deputado Rogério Correia (PT-MG) encerrou a audiência e dispensou o ministro.

Hugo Motta prevê "reação muito ruim" no Congresso

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse ontem que informou a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a "reação muito ruim" de setores do Congresso às mudanças propostas como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – a afirmação foi feita antes da divulgação do decreto e da medida provisória (leia acima).

Motta ainda defendeu a isenção de letras de crédito - que servem como fonte de financiamento para o agronegócio e para o setor imobiliário.

Ele afirmou também que não está no cargo para "servir a projeto político de ninguém", ao cobrar que o governo proponha também medidas de cortes de gastos como um "dever de casa fiscal". (EC)